



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1.989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Eimar Luiz Costa, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Paulino José Delazeri, Rafael Greca e Vera Agibert (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu dispenso a verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu dispenso a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 115/89.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos Projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão e votação, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 121/86, de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezzi e Edgard Pimentel, que cria o Município de Ibema.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ ALVES PEREIRA, ocorrido em 15 de maio de 1989, no Município de Jardim Alegre.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Professora Cícera Alves Pereira, A/C da Inspeção Estadual de Ensino de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. PONCIANO DE SOUZA CARNEIRO, em acidente ocorrido em 31 de maio de 1989, no Estado de Mato Grosso.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Arnaldo Ferreira de Sá e demais familiares, A/C da CANORPA, do Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. WALDEMAR DAL COL, por morte natural, ocorrida em 02 de junho de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do mesmo através da Prefeitura Municipal de Lunardelli, aos cuidados do Sr. Nelson Cordeiro.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. ORLANDO QUEIRÓS, ex-Vereador do Município de São João do Ivaí, em acidente ocorrido em 31 de maio de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência através de correspondência ao Sr. Jose Francisco Queirós, residente à rua Nilo Peçanha, 410, em São João do Ivaí - PR.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento da Professora MARIA LÚCIA CRISTINA CARNEIRO CHAVES, que deixa viúvo o Vereador Eliaquim Sérgio Chaves da Conceição, ocorrido em 04 de junho de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Rua Professora Diva Proença, 135, CEP 86.870 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria da Associação de Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede na Câmara Municipal de Campo Mourão -PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos integrantes da Diretoria, constante em anexo.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o pronunciamento do Deputado Estadual Constituinte Lauro Lobo Alcantara, proferido em Nova Prata do Iguaçu, em 03.06.89, por ocasião da abertura do I Fórum de Debates sobre Sericicultura.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao companheiro em referência.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco do Estado do Paraná, solicitando desse estabelecimento bancário, as providências no sentido de possibilitar a instalação de uma nova agência do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, no Município de Chopinzinho - PR, dando ensejo ao desenvolvimento mais acurado daquela região.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. João Alves Filho, DD. Ministro do Interior, no sentido de que essa autoridade envie os

esforços necessários à liberação de verbas destinadas à construção de uma via marginal na sede do Município de Pato Branco, neste Estado, conforme solicitação constante do ofício GP n° 250/89, de 25 de abril do corrente ano, expedido por aquela Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco do Estado do Paraná, solicitando desse estabelecimento bancário, as providências no sentido de possibilitar a instalação de uma nova agência do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, no Município de Sulina - PR, dando ensejo ao desenvolvimento mais acurado daquela região.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Diretor do DETRAN-PR e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando dessas autoridades a necessária ação objetivando a colocação permanente de um policial do Batalhão de Trânsito, nos horários de entrada e de saída das aulas da Escola Estadual Aline Pichet, localizada na Rua Eurípides Garcez do Nascimento, nesta Capital, no bairro do Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação apresentada neste requerimento prende-se ao fato de a rua em questão servir de via de ligação entre o Centro Cívico e o Ahú de Baixo, com um tráfego de veículos de volume consideravelmente alto, o que vem colocando constantemente em risco a integridade física dos alunos, fato que será, certamente, minorado com a presença de um policial, evitando a ocorrência reiterada de veículos em excesso de velocidade nesse trecho.

REQUERIMENTO N° 1099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Editora Gazeta do Povo Ltda, pela publicação do

maior número de páginas numa só edição.

Sala das Sessões em 06.06.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido embasa-se no fato de que, em 71 anos de serviços jornalísticos prestados ao público, vem se empenhando, dia a dia, em bem informar, sendo assim o termômetro da opinião pública em todos os setores da sociedade.

Assim, essa respeitável empresa jornalística comprova sua constante superação de recordes, com uma tiragem de 120.000 (cento e vinte mil) exemplares, onde o número de páginas standard foi de 202, e de páginas tablóides foi de 64, em sua edição dominical de 04.06.89.

REQUERIMENTO N° 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, propõe o envio de Moção à Embaixada da República Popular da China no Brasil, expressando o pesar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelos acontecimentos ocorridos naquele País.

Ao mesmo tempo, lamenta a forma como os protestos populares e estudantis foram enfrentados, numa repressão cruenta que destoa dos elevados padrões de civilização e cultura milenar que o mundo se acostumou a observar na China.

Reitera, nesse ponto, a legislatura estadual paranaense, a nota emitida em caráter oficial pelo governo brasileiro, no sentido de que o Governo e o povo da China saibam superar as dificuldades, fazendo cessar a perda de vidas, a destruição de bens e a desorganização impostas pelos acontecimentos verificados na capital e outras importantes cidades chinesas.

As regras de convivência democrática que a humanidade vai assimilando, indicam a conveniência de escolha de alternativas tão violentas para a negociação entre governos e facções oposicionistas, bem assim a importância da escolha e confirmação dos governantes pelo voto universal e pluralista, conforme previsto na Carta das Nações Unidas a que voluntariamente aderiu a República Popular da China.

Sala das Sessões em 06.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, João Arruía, José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Algaci Túlio, Neivo Beraldin, Erondy Silvério, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Paulo Furlatti, Amélia Hruschka, Basílio Zamusso, Nestor Baptista, Antônio Annibelli, Pirajá Ferreira, Pedro Tonelli, José Rogério Carvalho, Artagão Mattos Leão, Nelson Vasconcellos, Eduardo Baggio, Dirceu Manfrinato, Raul Lopes, Lindolfo Júnior,

Quielise Crisóstomo, Valderi Mendes Vilela e José Alves.

REQUERIMENTO N° 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Paraná, reivindicando seja promovido estudos de viabilização para a construção de 50 casas populares no Município de Tupãssi.

Sala das Sessões em 06.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município que se destaca pelo surto de desenvolvimento alcançado, nos últimos tempos, Tupãssi é hoje mais uma das muitas cidades paranaenses que enfrentam um sério problema, decorrente do aumento da população: a habitação.

Atualmente, elevado número de moradores daquele município são obrigados a pagarem aluguéis, comprometendo com isso o planejamento financeiro da família, dispendendo um dinheiro que não tem retorno.

Levados por isso, inúmeros moradores vieram até nós, solicitando que reivindicássemos junto a este órgão, estudos no sentido de se construir num prazo mais breve possível, 50 casas populares, no mínimo, reduzindo com isto o drama daqueles que não dispõem de um teto próprio para morarem.

Pelo exposto, peço apoio e empenho da direção da Companhia de Habitação do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do douto Plenário, o envio ofício à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, reivindicando a remessa de uma cópia de filme educativo sobre as formas de evitar deficiência, para a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social de Campo Mourão, que mantém um amplo programa de pré-natal.

Sala das Sessões em 06.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora feita, vem apoiar e reforçar o pedido já promovido a esta Secretaria, pelo Vereador mourãoense Celso Romualdo Ferrari.

Acreditando na real necessidade do que se requer, peço apoio e empenho desta instituição em relação ao caso.

REQUERIMENTO N° 1086

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Maurício Fruet, MD. Deputado Federal, representante do Paraná e da Região Oeste do Estado na Câmara dos Deputados, solicitando o empenho do mesmo em relação ao projeto iniciado em sua fase estrutural e de estudos o qual visa a liberação de dois Portos Fluviais para os Municípios de Santa Helena e Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões em 06.06.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Entendemos há muito tempo, necessária a liberação de portos lacustres ao longo do Lago Internacional de Itaipu junto aos Municípios de Santa Helena e Mal. Cândido Rondon.

Há cerca de dois anos acompanhamos o trabalho de Maurício Fruet, que como representante do povo de Mal. Cândido Rondon, levando às citadas localidades vários elementos integrantes do Ministério dos Transportes, Marinha e outros segmentos, na tentativa de serem elaborados estudos para a viabilização de dois portos, um para o município de Santa Helena e outro em Mal. Cândido Rondon, em Porto Mendes e/ou Pato Bragado. Necessitamos de que tais esforços sejam reiniciados pelo Parlamentar, pois a situação mais que nunca exige a imediata liberação de portos naquela área para que se evite, com o contrabando de agrotóxicos, a ocorrência de uma catástrofe ao meio ambiente, atingindo não só o Paraná, mas também o Paraguai e a Argentina.

REQUERIMENTO N° 1098

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes no sentido de melhorar o policiamento, tanto ostensivo quanto repressivo na Região Sudoeste deste Estado.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

NELSON VASCONCELLOS

RAUL LOPES e

NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A questão da segurança pública, na Região Sudoeste, vem se mostrando caótica, com um número crescente de crimes cometidos, e traz duas conseqüências: a intranquilidade da população local e o descrédito para com o Governo do Estado.

Ocorre que este mesmo Governo avoca para si a função de autoridade reguladora

das relações sociais, impondo as normas de funcionamento e estabelecendo as políticas de conduta. Assim sendo, cabe-lhe a obrigação de zelar pela integridade e tranquilidade de seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para a defesa de si próprios e de seus bens.

É sabido que a segurança pública é dever do Estado e um direito subjetivo da população, mandamento contido na própria Constituição e, desta forma, sabendo-se que o Paraná, por seu Governo, denomina-se um Estado cumpridor das leis e justo, e não vemos porque as autoridades supranominadas possam deixar de atender ao ora postulado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrada a leitura do expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente, está inscrito para falar o Deputado Gernote Kirinus.

(Declina)

Havendo declinado, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para comentar um artigo escrito hoje, pelo geólogo João José Bigarella a respeito de um projeto de lei que nós apresentamos nesta Assembléia e que foi aprovado pela maioria dos Senhores Deputados, determinando que qualquer tombamento do Estado do Paraná passe por esta Assembléia Legislativa. Por que isto? Porque a lei que regula este assunto é de 1953 e delega um coordenador do patrimônio histórico da Secretaria da Cultura poderes de tomar imóveis no Estado do Paraná.

Recentemente, a Secretaria da Cultura tombou 500 (quinhentas) casas na cidade da Lapa, em quatorze quadras de uma forma autoritária, sem consultar a população, inclusive tombou o posto de gasolina, casas construídas recentemente. Ora, não há possibilidade de que um governo se estabeleça e que seja democrático se este governo não levar em conta as pessoas que residem num determinado lugar.

Nós apresentamos um projeto de lei, que foi aprovado, e agora vejam o que o Senhor geólogo João Bigarella fala desta Assembléia Legislativa:esta lei praticamente inviabiliza o tombamento no Paraná. Porque que inviabiliza o tombamento no Paraná? A lei exige que o Executivo mande uma Mensagem para a Assembléia Legislativa e que esta Assembléia Legislativa discuta o interesse do Executivo e aprove ou não. Eles estão partindo da premissa, - o Senhor João Bigarella, que deve ser "pau mandado", desculpe a expressão,

Senhor Presidente, daquele incompetente Secretário da Cultura, Senhor René Dotti - Eles estão partindo da premissa que os Senhores Deputados desta Casa" não iriam aprovar nenhum pedido de tombamento como se fôssemos incultos, grosseiros e imbecis.

Diz o Senhor Bigarella que a Assembléia Legislativa aprovou de forma autoritária o famigerado projeto constituído somente por dois artigos. O que diz o nosso projeto? Diz que a inscrição em um dos livros a que se refere a lei de 1953 far-se-á por lei estadual de iniciativa do Poder Executivo. E o segundo artigo: esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Nada mais do que isso. Que forma autoritária foi essa?

Diz mais, porque tentar dificultar sobremodo ou mesmo procurar impedir a preservação de nossa memória e nossa tradição histórica e cultural. O Senhor Bigarella está partindo do princípio de que esta Assembléia Legislativa é um impedimento e uma dificuldade no seio da vida do povo paranaense. Porque pedir que uma ação do Executivo passe pela Assembléia e ele dizer que é impedimento e dificuldade, demonstra o desprezo desse tipo de burguesia, esta casta que existe, que se acham os "magister deis" dessa história toda. Diz mais: o texto acima torna claro que o projeto de lei, aprovado pela Assembléia, extrapola da competência legislativa. E o geólogo Bigarella diz que o nosso texto é inconstitucional, invade a esfera do Poder Executivo. Ataques a esta Assembléia Legislativa, desconhecendo o papel que esta Casa deve ter no seio da sociedade. Eu lhes garanto, que se esta lei já existisse, antes do tombamento da Lapa, o Senhor Governador Álvaro Dias não iria remeter para o Poder Legislativo uma mensagem tombando 500 casas numa cidade, sem a discussão mais prévia com a população. Isto se estabelece porque é um Coordenador da Secretaria da Cultura que define este processo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós entendemos que, eu vou dar um dado para os Senhores, a incompetência desse secretário da Cultura é tão grande que esses dias, eu passando em frente à velha Estação Ferroviária, onde existe um imóvel histórico, o antigo Hotel Roma, Deputado Algaci, observei aquela construção antiga caindo aos pedaços, sem teto, paredes caindo, digo, mas é impossível que nesta cidade não tenha alguém preocupado com a preservação da memória de Curitiba, também, e fui verificar.

O Hotel Roma situado em frente a Estação Ferroviária, eu convido os Senhores Deputados para darem uma passada lá, foi

tombado pela Secretaria da Cultura. Um imóvel tombado, está tombado pelo tempo e está tombado pela incompetência do Senhor Secretário da Cultura.

Incompetente e nós vamos verificar e eu lhes digo, Senhores Deputados, esta casa que se instala em determinados centros do Poder e depois começa a falar em nome, não do povo, Deputado Annibelli, não do povo, mas vão numa cidade tombam 500 casas, não discutem com ninguém e aí você vai discutir com aquele Conselho de Cultura, elegantemente e observa pela frente que ali estão as pessoas sentadas como se fossem donos da verdade e aí, nós Deputados, aprovamos aqui uma lei dizendo que tem que passar pela Assembléia e eles fazem artigos dizendo que isto inviabiliza, que isto é uma casa de incultos, como se nós todos fôssemos aqui um bando de picaretas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou preparado para discutir esta questão e inclusive preparado para, se houver veto governamental, discutir um por um com os Srs. Deputados a importância de que este Poder discuta estas questões. Recentemente, o "Grupo Positivo" comprou uma casa à Rua Carlos de Carvalho, uma casa antiga, onde estava o Sr. René Dotti, na calada da noite esta casa foi completamente desmontada e destruída e daí não existia Diretor de Patrimônio Histórico Cultural, não existia Secretário da Cultura, não existiam interesses preservacionistas. Sabe porque? Porque o Sr. René Dotti não tem peito para impedir os donos do Positivo, ele tem peito para chegar numa cidade do interior e estimular aqueles seus cães amestrados, para ir a uma cidade e virá-la de ponta cabeça no tombamento de 500 casas.

A guerra está aberta. Está aberta porque não é possível. Homens que se plantam em cadeiras do Governo, mas que nada fizeram sob o ponto de vista do benefício público. Onde é que está a história pública? Não a privada e particular do Advogado René Dotti que eu respeito, mas onde é que está a vida pública do Sr. René Dotti para tomar atitudes deste jeito.

Se não me conhecem na Oposição vão me conhecer agora, porque não aceito como Deputado representante do povo achincalhes como o que vem acontecendo. Era isto e não adianta passar telegramas, como estão passando, porque se preciso for colocar mil, mil e quinhentas pessoas em frente ao Palácio Iguazu para protestar, nós vamos protestar.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, com a palavra o

Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados.

Pese a revolta do nobre Deputado Furiatti, nós acreditamos de que não só de incompetência, mas também existe na figura do Secretário René Dotti, respeitado nas Universidades como um grande intelectual, também existem atos que são dignos de aprovação. Sem querer entrar no mérito nem na defesa do Secretário antes de conhecer melhor o teor do discurso do nobre Deputado Furiatti, eu trago a esta Casa hoje uma preocupação maior e tenho certeza de que o Deputado Furiatti haverá de concordar conosco porque preocupado como é com o meio ambiente, haverá de, junto com os demais Deputados, fazer coro no protesto que hoje levantamos aqui desta tribuna.

Esta semana, ontem especificamente, nós comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Muitas comemorações, muitas festividades, muitos discursos, muita empolgação. Na verdade, sentimos a necessidade de que não só a população participe dos movimentos ecológicos, dos movimentos em favor da fauna e da flora, mas também as autoridades imbuídas das melhores intenções e fazendo prevalecer neste período, neste aspecto, todos os mecanismos existentes e necessários à preservação do meio ambiente.

Lembro nesta ocasião, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, que todos nós somos responsáveis e queremos a fauna e a flora protegidas, pois somente assim estaremos preservando as nossas próprias vidas e as vidas das futuras gerações.

Lembro nesta oportunidade que uma catástrofe se vislumbra e se desenha ao longo do Lago Internacional de Itaipu e trago aqui o alerta. É um alerta e ao mesmo tempo um chamamento. Um alerta às autoridades do Governo Federal e principalmente de Itaipu, pois o Estado tem várias vezes se incumbido em querer legalizar a travessia do lago que hoje está trazendo ameaça à vida do Lago em Itaipu, pois ao longo da área banhada pelas águas do lago internacional, milhares de pessoas estão vivendo e poderão sofrer as causas de uma catástrofe desproporcional. O perigo pode tornar-se iminente com a falta de fiscalização lacustre uma vez que milhares de litros e tambóres de inseticida, agrotóxicos estão sendo atravessados para o lado paraguaio sem as medidas de segurança, de uma forma irregular, contrabandeada de um lado para o outro, colocando em risco a vida lacustre e a vida de pessoas enquanto muito se fala em favor de lutas, em favor de movimentos ecológicos.

Lá no Oeste do Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está acontecendo a maior

ameaça ecológica que poderá ocorrer nos últimos tempos, em proporções muito maiores do que a catástrofe do "Bateau Mouche". É um "Bateau Mouche" ecológico. Muito tem se falado em favor da defesa do verde, da fauna, da flora, da vida. Estradas tem se fechado no Parque Nacional do Iguaçu, mas até o momento muito pouco tem sido feito pela área governamental e principalmente ecológica na preservação.

Talvez seria interessante implantar lá, junto ao Lago de Itaipu aquilo que humildes colonos, através da orientação da "COTREFAL" implantaram em Jardinópolis e Medianeira, na beira do Parque Nacional do Iguaçu, fazendo o controle dos insetos através de formas biológicas e de modernas técnicas para evitar o inseticida. Mas o Lago de Itaipu está hoje ameaçado: embarcações pequenas, frágeis, transportando agrotóxicos, pesticidas e outros continuam sendo contrabandeadas, via Lago Itaipu, ao longo dos postos clandestinos junto às barrancas brasileiras e paraguaias e, enquanto isso, não há fiscalização nenhuma. E enquanto isso risco de vida continua sendo uma constante tanto para a vida dos que trafegam naquelas embarcações, como para vida animal e muito mais para a vida do lago, a vida piscosa do lago.

O patrulhamento do lago Nacional de Itaipu é uma necessidade imediata, não só para coibir o contrabando em geral de veículos e outros objetos e material utilizado na agricultura, bem como para oferecer segurança à população que se vê obrigada a abandonar o País e que usam o lago como meio de transporte.

Lembramos que o volume de contrabando é imenso ao longo do Lago Internacional de Itaipu, contrabando de veículos, motocicletas, máquinas agrícolas, sementes, inclusive vindo lá de Minas Gerais, Espírito Santo, e além do que é mais grave: hoje o contrabando de agrotóxicos, colocando em risco a vida ecológica não só do Lago de Itaipu, como também do Rio Paraná nas adjacências de Itaipu.

Lembro-me que um tipo de agrotóxico contrabandeado com muita frequência é o tilteu, que é transportado em litros, portanto, em vidro, o que causa uma preocupação maior: bastaria romper um desses cascos, bastaria afundar uma dessas embarcações e toda a vida piscosa do Lago Itaipu estaria ameaçada talvez por muitos anos.

Nós precisamos, portanto, e temos requerimento neste sentido, Sr. Presidente.

Se nós apelamos ao Deputado ao Deputado Federal Maurício Fruet em requerimento que será aprovado nesta Casa para que se legalize a travessia para o Paraguai, seja em Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, mas que se ofereçam oportunidades para que autoridades fiscalizem esse tipo de

transporte, para que se oficialize o comércio, para que os agricultores que vêm no lado brasileiro buscar agrotóxicos tenham segurança não só no transporte, mas como medida de segurança para que não afete o lago, necessitamos com urgência que seja feito algo neste sentido.

É por isso que não adianta, Sr. Presidente. Se nós temos uma Comissão de Ecologia, cujo Presidente se limita a distribuir plantas, a distribuir mudas oferecidas pelo Banco do Estado do Paraná, mas essa mesma Comissão ecológica está silenciosa e não se reuniu nenhuma vez este ano, a não ser para eleger o seu Presidente, fazendo com que projetos de importância como o Projeto do Deputado Furiatti, que visa o controle da comercialização de agrotóxicos, fiquem parados nesta Comissão eternamente.

A ação ecológica se faz, Senhor Presidente, utilizando-se os instrumentos que esta Casa ofereceu para que realmente faça a defesa do meio ambiente. Não é demagogicamente distribuindo plantas no Dia Mundial da Ecologia, mas é reunindo a Comissão que preside, Deputado Lindolfo Júnior, para que realmente essas questões sejam debatidas amplamente na Comissão de Ecologia para que os projetos de importância como do Deputado Furiatti sejam aprovados em tempo hábil. Está lá em regime de urgência, deverá chegar nesta Casa talvez sem o parecer da Comissão de Ecologia por irresponsabilidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não adianta apenas os discursos no Dia Mundial da Ecologia: é preciso alertar as autoridades, é preciso que este Poder também se coloque ao lado do meio ambiente e fazer com que suas Comissões responsáveis realmente funcionem.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação ao PL.
(Declina).

Com a palavra, a representação do PT.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PTB.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PTN.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PRN.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PDC.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PDS.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PFL.

(Declina).

Com a palavra, a representação do PDT.

Com a palavra, o Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje, Sr. Presidente, a tribuna no Horário da Liderança do PDT para trazer a esta Assembléia, conhecimento, Sr. Presidente, do que realmente está ocorrendo na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. A principal Comissão deste Poder hoje, exerce verdadeiros atos como se ainda estivesse em vigência o AI-5. Não temos naquela Comissão uma democracia para se analisar, realmente, na oportunidade, os projetos de lei e os pedidos que são encaminhados àquela Comissão. A preocupação, Sr. Presidente e Srs. Deputados é porque, realmente, é a principal e a mais importante Comissão, que analisa todos os aspectos constitucionais desta Casa. Todos os aspectos constitucionais dos projetos de lei que tramitam nesta Casa. O que nós encontramos? Nós encontramos, mais uma vez, o cerceamento do direito dos Parlamentares e em especial os Parlamentares da Oposição quando lá estão em sua maioria.

Hoje, nós tivemos um caso, porque nesta sessão de hoje havia a maioria dos Deputados da Oposição e certamente o requerimento do Deputado Nereu Massignan seria aprovado porque lá estavam os Deputados de Oposição, presentes, trabalhando, cumprindo o seu papel de parlamentar e integrantes daquela Comissão. E o que fez o nosso Presidente: simplesmente, arbitrariamente ele retirou da pauta e abriu vistas a um outro Deputado de um requerimento, mesmo contrário à votação maciça, da maioria que ali se encontrava.

Então, Senhor Presidente, eu gostaria de salientar que, por muitas vezes, tivemos projetos de lei de alto interesse, desse parlamento e nem se quer foi dada vista aos Parlamentares desta Casa. Foram pareceres encomendados, vindos direto do Palácio Iguaçu que passaram por cinco minutos, como ocorreu agora, no parecer ao veto que, mais uma vez retirou o aumento salarial dos servidores do Paraná. Para isso não se dá vista, para isso não se discute, se retira a autonomia das Universidades do Paraná, em cinco minutos, e depois, num requerimento, se dá vista três dias para se falar sobre ele. Isto não é democracia, isto não é Parlamento, isto é uma ditadura que foi imposta pelo Presidente da CCJ no dia de hoje.

Nós queríamos dizer, Senhor Presidente, que é desnecessário tomar alguma providência. Eu disse hoje, nessa Comissão, não se olha, não se distribui, em avulsos, os pareceres, quando matéria de alta indagação, se faz necessário o conhecimento prévio dos Parlamentares. E hoje, um simples requerimento, só porque envolvia dois Secretários de Estado, simplesmente foi

retirado da pauta sem ouvir os Senhores Parlamentares integrantes daquela Comissão.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Vossa Excelência com todo o respeito, Deputado Valderi Mendes Vilela, acompanhamos a sessão da CCJ até o momento que fomos chamados, inclusive perdemos o Pequeno Expediente porque estávamos em reunião, - aliás a CCJ nem podia estar mais reunida porque quando tem sessão no plenário, é soberano o Plenário nestes casos, entretanto entendendo a pressa que teria a Oposição em aprovar este requerimento, até porque estava ocasionalmente com maioria, não podemos ser acusados de ditatoriais. Vossa Excelência está praticando uma injustiça dizendo que houve abuso, ditadura, houve arbitrariedade, porque quantas e quantas vezes assistimos à Oposição em minoria também se retirando do plenário, para ganhar tempo, até para examinar com mais cuidado.

Vossa Excelência ouviu minha participação na CCJ e sabe que estou até propenso em votar com a Oposição pela convocação do Secretário. No entanto, não sem antes examinar a matéria com mais tempo. É um direito que temos. No mínimo um direito de quando em minorias nos retirarmos, como o expediente que Vossas Excelências usam tanto, sem que digamos que seja arbitrário, seja ditatorial, ou autoritário. Só para fazer este pequeno reparo, Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria de esclarecer que estou de acordo que o pedido de vistas deve ser encaminhado em todos os casos. É esta a nossa revolta! Porque projetos de lei de alto interesse deste Estado passam naquela Comissão com dois minutos. Vossa Excelência sabe disto! Vossa Excelência sabe disto! Vossa Excelência se manifestou muito bem quando disse que iria, estava propenso até a votar favorável. Mas fico feliz em saber que hoje quem se retira é a minoria. E a minoria hoje é o PMDB. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Deputado Valderi, é lamentável que tenha acontecido o que aconteceu hoje. Mas, para nós, não é novidade. O Governador Álvaro Dias, durante estes dois anos e meio já de mandato, tem tido uma facilidade muito grande de manipular esta Casa, fazer com que ela faça a sua vontade. Já temos nos pronunciado algumas vezes através da tribuna e nos sentimos até envergonhados como Parla-

mentares, de ver acontecer problemas como este, situações como esta, que humilham, tiram nosso valor, a nossa vontade de trabalhar. Fatos como este é que dão ao Governador Álvaro Dias o direito de dizer na semana passada, na sexta-feira, na reunião da Associação dos Municípios do Paraná, que os Deputados do Paraná estão como "biritas de aeroporto", viram, viram e não sabem o que fazem. Fazem projetos e emendas inconstitucionais.

Tamanho é o desrespeito do Governador do Estado a esta Casa e aos cinquenta e quatro Parlamentares.

É necessário que esta Casa faça uma reivindicação das nossas posições. Os Deputados de Oposição estão fazendo. E os de Situação é necessário também que aprendam, ou procurem fazer com que o Governador os respeite um pouco mais.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, para concluir gostaria de deixar registrado que decisão tomada pela Comissão de Constituição e Justiça, votada e aceita pelo Presidente daquela Comissão, Deputado Cândido Bastos, foi refeita por decisão unilateral dele na sessão seguinte. E também Senhor Presidente, não constou na Ata a decisão que aquela Comissão proferiu naquele dia, denegando com isto mais uma vez repetimos, a força e o poder deste parlamento. Coisa que Vossa Excelência nobre Presidente, tem feito de forma responsável, tem feito de forma democrática, fazendo com que este Parlamento seja respeitado da forma como deve ser, principalmente os Parlamentares representantes do povo do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vamos ouvir agora as palavras do nobre representante do PSDB, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto é o mesmo tratado pelo Deputado Valderi Mendes Vilela.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, requeri a convocação do Secretário da Comunicação Social, Fábio Campana e do Procurador Geral do Estado, Dr. Wagner Brussolo Pacheco para, em dia e hora a ser designado prestarem esclarecimentos quanto à falta de informações aos requerimentos formulados pelo peticionário - cópias em anexo -, pelo qual o requerente por duas vezes solicitou e por duas vezes vê seu pedido negado (vide cópia dos despachos em anexos). Sala das Sessões em 06.06.89.

Excelentíssimo Senhor Presidente da

Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nereu Massignan, Deputado Estadual, requer, regimentalmente a convocação do Senhor Fábio Campana, Secretário da Comunicação Social e do Dr. Wagner Brussolo Pacheco, Procurador Geral do Estado, para em dia e hora a serem designados, prestar esclarecimentos quanto à falta de informações dos requerimentos, formulados pelo peticionário, cópias em anexo, pelo qual o requerente, por duas vezes, solicitou, informações e certidões de cópias dos contratos de publicidade e por duas vezes vê seu pedido negado (v. cópia dos despachos em anexo).

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(a) NEREU MASSIGNAN

Ilustríssimo Senhor Dr. Secretário da Administração do Estado do Paraná.

MÁRIO SÉRGIO DE ALBUQUERQUE SCHIRMER, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob n. 15.312, com escritório profissional nesta Capital, à Rua Cândido de Leão, 45, conjunto n. 1005, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, requerer certidão e informação a respeito dos contratos de publicidade do Estado do Paraná firmado com agências de propaganda e/ou com emissoras de rádio e televisão da Capital do Estado, bem como certidão e informações dos atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades, com a finalidade de instruir ação popular contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Curitiba, 14 de abril de 1989.

(a) MÁRIO SÉRGIO ALBUQUERQUE SCHIRMER

Ilustríssimo Senhor Dr. Secretário da Comunicação Social do Estado do Paraná.

MÁRIO SÉRGIO DE ALBUQUERQUE SCHIRMER, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob n. 15.312, com escritório profissional nesta Capital, à Rua Cândido de Leão, 45, conjunto n. 1005, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, requerer certidão e informações a respeito dos contratos de publicidade do Estado do Paraná firmado com agências de propaganda e/ou com emissoras de rádio e televisão da Capital do Estado, bem como certidão e informações dos atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades, com a finalidade de instruir ação popular contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Curitiba, 14 de abril de 1989.

(a) MÁRIO SÉRGIO ALBUQUERQUE SCHIRMER

Os fundamentos da convocação dos dois Secretários de Estado está no Art. 58, inciso 3º, da Constituição Federal.

O Sr. Presidente da CCJ ao invés de dar encaminhamento ao requerimento procurou obstruir a votação do mesmo. Mas não me surpreende isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A obstrução das informações não é só da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça -, do Presidente desta Comissão, Deputado Cândido Bastos. A omissão das informações, a violação da Constituição faz parte também do Executivo. Se somam aqueles que defendem o Executivo na Assembléia e mais o Executivo do Palácio Iguazu para obstruir as informações.

No dia 14 de abril de 1989, requeri cópia dos contratos de publicidade junto ao governo do Estado, bem como certidão dos atos administrativos que determinaram a veiculação da publicidade. A lei que regula a ação popular, dá quinze dias de prazo para o governador prestar as informações. O Requerimento é de 14 de abril de 1989. Fiz também um ao Secretário da Comunicação Social e outro ao Secretário de Administração.

O Secretário de Administração informou no prazo que a competência para isso era do Secretário da Comunicação Social. Este, por sua vez, baseado num parecer do Procurador Geral do Estado, indeferiu o pedido.

Vou ler o parecer para ficar registrado nos Anais: "Parecer nº 010/89 - MÁRIO SÉRGIO ALBUQUERQUE."

PARECER Nº 010/89

Mário Sérgio Albuquerque Schirmer, advogado, com domicílio nesta Capital, protocolou pedido de informações e certidão a respeito de contratos de publicidades com emissoras de rádio e televisão desta Capital, bem como certidão de atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades.

Embora no pedido não esteja fundamentado o amparo legal, deduz-se que foi feito no Artigo 5º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, que diz:

Artigo 5º, XXXIII

Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nosso parecer é no sentido de que o protocolado seja encaminhado ao Senhor Procurador Geral do Estado, para fins de apreciação e parecer.

Assessoria Jurídica, em 19.04.89

Protocolo nº 313.237-4

1. O interessado não identifica a ação popular a que se refere na parte final de seu requerimento, por isso que não menciona as partes, o objeto e o pedido. Vale dizer, não informa o conteúdo da ação a que genericamente se refere.

2. De outro lado, sequer denuncia a época em que os atos administrativos teriam sido praticados, isto é, não torna possível a identificação dos atos de cuja existência quer certidão ou cópia.

3. A administração não pode ser exposta a tais dificuldades, a pretexto do exercício do direito previsto no inciso XXXII do art. 5º da C.F. Na verdade, ademais, a petição de fls. 2 contém inequivocamente um abuso do direito constitucional à informação.

4. Entendo, por isso, que o requerimento deve ser identificado pelo Senhor Secretário da Comunicação Social.

Curitiba, em 26.04.89

(a) WERNER BRUSSOLO PACHECO
Procurador Geral do Estado

Ofício 477/89/SEAD

Curitiba, 20 de abril de 1989

Prezado Senhor,

Em atenção à solicitação feita por Vossa Senhoria, sob protocolo nº 574.147-5, para que esta Pasta expeça certidão, e forneça informações a respeito de contratos de publicidade do Estado do Paraná, formados com agências do setor, informo-o de que esta Secretaria não procede a qualquer espécie de contrato dessa natureza.

As atividades do setor são de competência da Secretaria de Comunicação Social.

Atenciosamente

(a) DEPUTADO MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração
Ilmo. Sr.

MÁRIO SÉRGIO DE ALBUQUERQUE SCHIRMER
Rua Cândido de Leão, 45
N/Capital

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

NEREU CARLOS MASSIGNAN, brasileiro, casado, Deputado Estadual, por seu procurador infra-assinado, com escritório profissional nesta Capital, à rua Cândido de Leão, nº 45, conjunto 1005; vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nos artigos 5º, XXXIII, da Constituição Federal, e 1º, § 4º, da lei nº 4747/65; requerer certidões e informações sobre os contratos firmados pelo ESTADO DO PARANÁ com agências de propaganda e/ou com emissoras de rádio e televisão, bem como certidões e informações a respeito dos atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades ofi-

ciais; isto no período de 15 de março de 1987 até a presente data, ou seja, durante a atual gestão; Isto faz com finalidade de promover futura ação popular contra o Exmo. Sr. Governador do Estado, o Sr. Álvaro Fernandes Dias e contra o Estado do Paraná.

Nestes termos,
pede deferimento.

Curitiba, 12 de maio de 1989

(aa) MÁRIO SÉRGIO DE ALBUQUERQUE SCHIRMER
JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

PARECER N° 021/89-DG

1. O ato administrativo originário, relativo à publicidade e divulgação ampla, está contido no formulário - Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - que após aprovado pelo Conselho de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Comunicação Social é procedida a criação, produção e veiculação. Nos termos de urgência as aprovações são feitas "Ad Referendum" pelo Secretário desta Pasta, com ratificação das aprovações a posteriori, pelo Conselho de Comunicação Social.

As aprovações e ratificações pelo Conselho de Comunicação Social, são cronologicamente registradas em livro próprio, com os respectivos números dos livros, folhas e datas das aprovações, os quais se encontram à disposição para qualquer tipo de verificação.

Com referência a contratos firmados e/ou processos licitatórios de agências de publicidade e propaganda, informamos que, de acordo com parecer do Tribunal de Contas do Estado, não existe exigibilidade e portanto não são efetuados.

2. Considerando o grande número de aprovação pelo Conselho de Comunicação Social no período mencionado (15/03/87 a 12/05/88), onde estão contidos registros de publicidade e divulgação de editais de forma geral, solicitamos a fineza da identificação das veiculações em confrontação com a legislação em vigor (CF/88, artigo 37, item XXI, 1°) e/ou as que antecedem a CFF/88, para que possamos apresentar os documentos solicitados ou as respectivas explicações dos fatos.

3. Encaminhar à PGE, à atenção do Senhor Procurador Geral do Estado.

Curitiba, 20 de maio de 1989

(a) RICARDO CANSIAM NETO
Diretor Geral

O cidadão Nereu Massignan está abusando do Direito Constitucional de informação.

Na verdade eu não tenho informação nenhuma e estou abusando do direito. Quem está abusando do direito é quem não fornece informação. O Sr. Fábio Campana, o Sr. Wagner Pacheco, Bussolo Pacheco o Sr. Governador Álvaro Dias, têm vergonha de mos-

trar os seus atos administrativos, têm vergonha de cumprir a Constituição, onde estão os Srs. Parlamentares? Onde está o respeito pela lei? Pois bem, mesmo assim, com esse despacho, em que sou acusado do abuso do Direito Constitucional, mesmo assim, retornei com novo requerimento à Comunicação Social, este datado do Dia 12 de maio, e o Governo tem quinze dias para prestar as informações, 12 de maio, já se foram, os quinze dias, no dia 28 de maio, teria que ter prestado as informações, sob pena de responsabilidade, está na Constituição isto, está no anteprojeto do Deputado Caíto Quintana, que Secretário que não responde informação, responde por crime de responsabilidade, que não existe, que não é conclusiva, informa primeiro que existe um livro e um Conselho de Comunicação Social que aprovam os atos de publicidade.

Ora, se existe um livro não há dificuldades em informar à Assembléia Legislativa; neste livro são registrados cronologicamente os respectivos números dos livros, folhas e datas das aprovações, os quais se encontram à disposição para qualquer tipo de verificação, se estão à disposição, informem, escrevam que está à disposição a informação assinada pelo Sr. Ricardo Cansiam Neto, Diretor Geral da Secretaria, se está à disposição, porque não informam? Onde é que está o medo? Onde está a vergonha de informar? Concluo esse nefasto parecer, dizendo o seguinte: Considerando o grande número de aprovação pelo conselho de 15 de março de 87 a 12 de maio de 88, que é o período que eu solicitei as informações, onde estão contidos registros de publicidade e divulgação de editais de forma geral, solicitamos a fineza de identificação das veiculações, em confrontação com a legislação em vigor, e aí cita o artigo 37 inciso 21 parágrafo 1° da Constituição Federal, que é aquela que proíbe pessoal do Governante, ou as que antecedem a Constituição Federal, para que possamos apresentar os documentos e as respectivas explicações aos fatos.

Aí o Procurador Geral diz: Notificar o Dr. Procurador do requerente, solicitando explicação retro.

Ora, se está à disposição, se tem registro no Livro ainda vem pedir a fineza ao requerente, que fineza? Eu corto o requerimento que eu peço, a fineza que tem que se transformar na indignidade de quem está sendo acusado do abuso da informação, e que não tem informação nenhuma, a informação está no Executivo, quem abusa, quem tem a informação e quem não recebe. Onde está a Constituição Srs. Parlamentares?

Concedo o aparte pela ordem a quem se inscreveu, se não me engano o Deputado Artagnão de Mattos Leão.

O Sr. Gernote Kirinus (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Pela ordem o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus (Pela Ordem) - Quer me parecer que o tempo regimental, destinado a Liderança do PSDB, já esgotou, só gostaria de registrar nesta questão de ordem, que desde a Reunião da Comissão CCJ e agora aqui, eu vejo o Deputado Nereu Massignan, exibindo documentos, dizendo que tem informações, que tem requerimentos, que tem resposta, mas nos nega a oportunidade de lermos com cuidado isso aí, porque com essa distância eu não consigo ler Sr. Presidente, eu precisaria ter em mãos e queria que nos aprovassemos sem ler, também está sonhando uma informação escrita, ou ao menos que pensa que nós somos alfabeto que não sabemos ler.

O Sr. NEREU CARLOS MASSIGNAN: - V. Excelência tem informações disso e sabe que foi apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Artagão de Mattos Leão - Deputado Nereu Massignan, não podemos aceitar em hipótese alguma as acusações que V. Excelência fez ao ilustre Deputado Cândido Bastos, um Deputado probo, um Deputado sério; honesto bem diferente de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não chamei ele nem de improbo, nem de desonesto. Eu não disse isto, Deputado.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Um Deputado que foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, segue religiosamente o Regimento Interno. E Vossa Excelência, que muitas vezes se ausentou de Plenário, quando em minoria estava, hoje vem acusar o digno Deputado Cândido Bastos, que não está presente, infelizmente, para se defender.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Era o seu dever estar aqui.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Mas, nós aqui estamos para repor a verdade. Verdade que Vossa Excelência muitas vezes nega. Que Vossa Excelência nega quando diz que os Deputados do PMDB vêm violando a Constituição. Esquece Vossa Excelência que votou e defendeu, há poucos dias, uma emenda inconstitucional, do Deputado Ferrari Júnior!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu votei a favor do funcionário público.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência sim violou a Constituição! Vossa Excelência é contumaz em violar Constituição e depois vir à tribuna desta Casa acusar os seus Pares. Nós não podemos aceitar, ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan. E aqui vai o nosso protesto a Vossa Excelência que em primeiro lugar critica um Deputado ausente de Plenário e em segundo lugar, não fala a verdade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ilustre Deputado, Vossa Excelência tem o dever de votar contra o salário do funcionalismo público

O Sr. Artagão Mattos Leão - Governo sério e honesto. Eu não defendo por dever. Eu defendo por satisfação! Eu tenho prazer em defender um Governo que tem 80% de IBOPE na opinião pública do Paraná! Um Governo que só é ruim para Vossa Excelência, que se elegeu na "enxurada" de votos do PMDB e depois ...

O Sr. Nelson Vasconcellos - (Questão de Ordem) Solicitava garantir palavra do Deputado Nereu Massignan.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Está garantida.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, 30 segundos para encerrar.

Vossa Excelência fez muito bem. Vossa Excelência não foi sensível aos reclamos dos contra-cheques que foram mostrados aqui, salários de 200 cruzados para funcionários com 15 anos, de salários de 450 cruzados para professora com 36 anos de serviço. Vossa Excelência, ao invés de me acusar de violador da Constituição, deveria ter olhado para os lares destes funcionários e ter votado contra o veto, a favor do salário e da dignidade do funcionário público!

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) Senhor Presidente, não procedem as acusações do Deputado Nereu Massignan. Não procedem porque o mesmo conviveu dentro da Bancada do PMDB durante alguns tempos. Teve trânsito livre no Palácio Iguazu. Teve trânsito livre nas Secretarias do Governo. E o que eu não entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a pessoa muda a sua personalidade a partir do momento que preenche três fichas de filiações. Agora, o Governo Álvaro Dias já não é mais um Governo transparente, na opinião do Deputado Nereu Massignan. Mas, a transparência do Governo Álvaro Dias, ela está exposta através da imprensa do Paraná, pelos seus atos, pelas suas atitudes, combatendo as corrupções, procurando fazer um Governo de

seriedade. Então, Deputado Nereu Carlos Massignan, não procede a acusação de Vossa Excelência. E o que o povo do Paraná está cansado e desacreditando da vida pública é exatamente por estes Deputados que usam de demagogia, utilizando os funcionários públicos, jogando em cima a questão de salário dos funcionários.

O Sr. Nelson Vasconcellos - Senhor Presidente, nós interpelamos a Questão de Ordem do Deputado Dirceu Manfrinato ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Horário do Expediente, Passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 121/86, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI e EDGARD PIMENTEL, que cria o Município de Ibema, com território a ser desmembrado do Município de Catanduvas e divisas do atual Distrito Administrativo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação, por (10) sessões, do Projeto de Lei n. 121/86. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n. 121/86.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 58/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de LINDOESTE, com território desmembrado do município de Cascavel, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 133/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE, GERNOTE KIRINUS e outros, que cria o Município de SANTA TEREZA DO OESTE, com território desmembrado dos municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 031/89, de autoria do Deputado NEIVO BE-RALDIN, que institui o "Dia do Transportador Paranaense". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 91/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 44/89), que concede pensão mensal a MARLENE ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a dois salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 273/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE E AMPARO À CRIANÇA - O AMANHÃ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n.º 98/88, de 21.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 273/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Caridade e Amparo à Criança "O Amanhã", com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 336/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO DEFICIENTE FÍSICO-MENTAL DA TIA MARIA, de Curitiba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n.º 131/88, de 08.12.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 336/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Deficiente Físico-

-Mental da Tia Maria, com sede e foro em Curitiba.

A matéria, analisada sob a orientação da Lei nº 6998, de 16 de janeiro de 1978, atende aos requisitos nela implantados, estando conseqüentemente apta para ser apreciada por esta Colenda Casa de Leis.

Por essa razão, inexistindo impedimentos de caráter legal, constitucional ou regimental, recomenda-se sua normal tramitação, bem como sua aprovação.

Nestas condições, o parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões em 02.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MANGUEIRENSE DO MEIO AMBIENTE, com sede e foro na cidade de Mangueirinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138/88, de 21.12.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 351/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcantara, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Mangueirense do Meio Ambiente, com sede e foro na cidade de Mangueirinha. Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 17/89, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR DE MENINAS DE FRANCISCO BELTRÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03/89, de 02.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 17/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Arruda, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Lar de Meninas de Francisco Beltrão.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação pró-

pria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PAZ - ACDP, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 07.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 26/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Paz, com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

RAUL LOPES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUARAPUAVA. Com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 07.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 27/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Guarapuava, com sede e foro em Guarapuava.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos de-

mais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 45/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 25/89), que altera os artigos 2º, 4º, 5º, o "caput" do art. 7º e o art. 8º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985. (Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 07, de 13.03.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 45/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental nº 25/89, visa dar nova redação aos artigos 2º, 4º, 5º, o "caput" do art. 7º e o art. 8º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985, que autoriza o Poder Executivo emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná.

A exposição de motivos, contida na Mensagem (fls. 3 e 4), nos convence da oportunidade e conveniência da medida proposta, vez que objetiva ajustar a referida Lei à nova sistemática federal, decorrente da medida provisória nº 32, da Presidência da República e posterior Lei nº 7730, de 31.01.89, que extinguiu as Obrigações do Tesouro Nacional - OTN.

Assim, o art. 4º da Lei nº 8212/85, que define o valor nominal e a atualização dos Títulos Estaduais, em função das OTN's, fica derogado, causando sérios problemas ao Estado quanto à captação de recursos.

Outro aspecto proposto, também decorrente da nova sistemática federal, é a substituição das Obrigações do Tesouro do Estado, OTE's, em circulação no mercado, pelas Letras Financeiras do Tesouro do Estado.

Por julgarmos as medidas propostas do mais alto interesse do Estado e estando as mesmas inseridas nos padrões de legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 45/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 45/89

P A R E C E R:

O projeto de lei, objeto do presente parecer, é oriundo da Mensagem Governamental nº 25/89, e visa dar nova redação aos artigos 2º, 4º, 5º, o "caput" do art. 7º e o art. 8º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985, que possibilita ao Poder Executivo a emissão e transação de Títulos da Dívida Pública.

Tal iniciativa está calcada na necessidade da adaptação do texto legal estadual aos ditames da Lei nº 7730, de 30 de janeiro de 1989, aprovada pelo Congresso Nacional.

Ao proceder-se a análise do presente projeto de lei, esta Comissão de Finanças encontrou somente aspectos meritórios que nos convencem da importância de sua aprovação. Sendo assim, com fundamentos no art. 25, § 1º, a, da Constituição do Estado, opinamos favoravelmente, nada encontrando que possa obstar o trâmite normal pelos órgãos desta Casa.

Sala das Comissões, em 18.05.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

ACYR MEZZADRI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 82/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PAULINO, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 23/89, de 18.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 82/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, tem por finalidade seja declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Unidos do Jardim Paulino, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

O processo se encontra devidamente instruído com as peças exigidas pela legislação aplicável à espécie, inexistindo óbices de caráter regimental, legal ou constitucional para a sua aprovação.

Em tais condições, o parecer lhe é favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 89/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO DA MULHER MARINGAENSE - U.M.M., com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 19.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 89/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Bárbara, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a União da Mulher Maringense - U.M.M. com sede e foro no Município de Maringá.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1987, inexistindo portanto qualquer óbice de natureza legal para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 1091, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1092, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1093, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1100, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1104, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1090, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1096, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1086, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1087, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1089, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1095, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** (A matéria acha-se

publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1094, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1099, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1098, de autoria dos Srs. Deputados José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Nelson Vasconcellos e Raul Lopes, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1088, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1103, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1105, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio dos Srs. Deputados Paulo Furiatti, Erondy Silvério, Neivo Beraldin e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1101, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1102, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1058, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para quinta-feira, dia 07, às 14:00 horas, uma sessão da Assembléia Constituinte Estadual, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decisão n° 01/89, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan e do Projeto de Decisão n° 02/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior.

Marca, ainda, para as 15:30 horas, uma sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n° 206/86, 58 e 133/87.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 273, 336 e 351/88, 17, 26, 27, 45, 82

e 89/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 330 e 344/88, 07, 107, 110 e 115/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 1989.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE LAURO LOBO ALCANTARA, PROFERIDO EM NOVA PRATA DO IGUAÇU, EM 03.06.89, NA ABERTURA DO I FORUM DE DEBATES SOBRE SERICICULTURA.

Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Ao declararmos aberto este I FORUM DE DEBATES SOBRE SERICICULTURA, promovido pela Assembléia Legislativa do Paraná, através do Bloco Parlamentar Agropecuário e da Comissão de Agricultura, nos sentimos imensamente contentes por aqui estarmos, reunindo com o que há de mais importante hoje no Paraná e no Brasil, ou seja, Técnicos e Agropecuaristas, que através dos seus esforços, da luta incansável do dia-a-dia no campo, dão de comer ao nosso povo, contribuem para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos, e por que não dizer, ajudam a aliviar a fome do mundo.

A agricultura e a pecuária tem sido, ao longo das décadas, os sustentáculos da nossa economia.

Recentemente, todos nós testemunhamos a queda do PIB - Produto Interno Bruto, no entanto, enquanto os demais setores da economia apresentaram déficits na produção, a agricultura respondeu com superávits.

As nossas safras batem recordes, ano após ano.

Tem sido mediante o esforço concentrado de ações do setor primário, que esta grande nação tem se mantido de pé, tem sido amparada quando está cambaleante ou prestes a cair na estagnação, no marasmo, e na plena inércia, que se tornam patentes numa economia em crise.

É por isso, meus senhores e minhas senhoras, que nos sentimos imensamente honrados de, num momento como este, estarmos aqui juntos, pois estamos nesta hora, integrados ao que é de mais nobre, mais sincero, mais competente e mais produtivo dentro deste Brasil em crise. Tem sido na agricultura que o governo busca obter as suas maiores fontes de divisas para fazer frente a esta malfadada dívida externa.

Enquanto este setor trabalha, honra os compromissos da Nação, pela garra, pelo brio e tenacidade daqueles que transformam

as nossas terras em riquezas, o Governo Federal se mantém omissa e inoperante.

O Governo Federal quando atua, parece que só o faz tardiamente, e não raro, para se intrometer onde não é chamado ou para prejudicar e trazer mais ônus para todos nós.

Esta agricultura e esta pecuária sofrida, continua sendo desprestigiada, desvalorizada e sofre as maiores injustiças a cada ato governamental, frutos do ranço e do arbítrio, e do "pacotococus casuísticos" que de hora em hora os ministros que se sucedem na área econômica despejam sobre as nossas cabeças!

Sempre se ouviu falar, de norte a sul, de leste a oeste, que a agricultura é prioridade nacional. Isto na verdade vem acontecendo.

Temos que tirar o chapéu!

Mas temos que tirar o chapéu, para cobrirmos as mãos calejadas ou esconder o rosto que deixa transparecer toda a nossa amargura!

Este setor primário da produção, tem realmente sido prioritário, pois é ele quem paga a conta, é ele quem paga o pato, para falarmos numa linguagem mais popular.

Ele é prioritário, quando o governo resolve sufocá-lo para o combate à inflação.

Vejam portanto, meus senhores, o quanto de prioritário representamos.

Agora, no sentido correto da palavra, ou no seu sentido positivo, isto realmente nada representamos.

- Não temos créditos agrícolas, quando dela mais necessitamos.

- Não recebemos os subsídios necessários ao incremento da produção.

- Não temos armazéns para abrigar nossas colheitas.

- os preços mínimos de garantia são uma vergonha nacional. Vejam o que ocorre com o milho, o soja, o trigo, e tantos outros produtos.

No Brasil que podia ser o celeiro do mundo, importa carne, leite, ovos, trigo, enfim, muito do que aqui poderíamos e deveríamos produzir.

O governo se nega a fazer os estoques reguladores, e quando o faz, provoca um caos generalizado.

Quando promove as importações, os produtos aqui chegam quase no auge das nossas safras.

Isto é uma verdadeira vergonha nacional.

Mas creio que podemos parar por aqui.

As sátiras já foram colocadas, sem que tenhamos as virtudes das palavras ditas pelo poeta Gregório de Matos Guerra, mais conhecido como "O boca do inferno".

"Precisamos continuar ativos e ativos, pois trabalhar é preciso!"

A Região de Nova Prata do Iguaçu, pelas suas terras e pelo seu micro-clima também é promissora, e também capaz de responder condignamente aos novos desafios.

Um destes desafios talvez possa ser representado pela sericicultura.

Não vou falar sobre a tecnologia de produção do bicho da seda.

Não vou dissertar sobre a fanerogama dicotiledonea moreácea - a amoreira -, nem tampouco das vantagens econômicas desta exploração, pois para discorrer sobre tudo isto, trouxemos para esta localidade, os maiores especialistas na matéria.

Gente que conhece a matéria, do mais simples e rudimentar, aos mais sofisticado e internacional, e a eles sim, agradecemos o empenho e o brilhantismo das palestras, com as quais, por certo nos brindarão.

Agradeço de coração todos aqueles que até este momento estão contribuindo para a realização deste importante evento: à SEAB, EMATER/PR, IAPAR, Bloco Parlamentar Agropecuário, Comissão de Agricultura, CO-CAMAR,....

Enfim, a todos que aqui comparecem e nos dão a honra desta atenção e o privilégio de um ligeiro desabafo.

Que o evento seja bastante produtivo, e que o tema seja do interesse de todos, são os nossos sinceros desejos.

Sejam todos bem-vindos!
Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PEDRO TONELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 1989.

"ÁLVARO TEM PENSÃO COMO PARLAMENTAR"

Curitiba (Da sucursal) - Logo depois de tomar posse, em 15 de março de 1987, o Governador Álvaro Dias remeteu à Assembleia Legislativa uma emenda constitucional acabando com a aposentadoria a que teria direito ao completar seu mandato no Palácio Iguaçu. A proposta não tinha efeito retroativo e por isso os ex-governadores já aposentados continuam ganhando normalmente as suas pensões. Mas ontem o jornal "Folha de São Paulo" divulgou a lista de aposentados do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que reúne deputados federais e senadores. E Álvaro Dias consta dela.

O Governador recebe mensalmente NCz\$ 1.369,52 líquidos do IPC. "Esse é o tipo da pensão legítima e moral" - reagiu ontem Álvaro Dias, enfatizando que contribuiu por 18 anos e que "seria um idiota se não requeresse um direito adquirido." O fundo do IPC é formado pelos descontos de 10% dos salários dos parlamentares, que representa apenas um terço do total. O resto

vem do próprio Congresso e dos cofres públicos. A mesma sistemática que mantém o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), na Assembleia Legislativa do Paraná.

O pagamento de pensão de Álvaro Dias foi requerido em 10 de agosto de 1987, através do ofício assinado pelo Governador endereçado ao então presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, o Deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), ameaçado de perder o mandato por má gestão dos recursos do IPC - Faria aplicou US\$ 10 milhões numa empresa de construção de casas em Búzios (RJ), comprando debêntures superavaliadas para resgate em 10 anos.

A divulgação da lista de 683 aposentados do IPC não muda a opinião do governador Álvaro Dias: "A aposentadoria de Governador é imoral porque ele não recolhe nada e quem paga é o contribuinte." Para ter direito à pensão do IPC, o parlamentar precisa cumprir no mínimo 8 anos de mandato. A partir daí, ela é proporcional, até atingir a integralidade, quando o parlamentar completar 30 anos de mandato. Um trabalhador precisa de 35 anos de serviço para poder se aposentar.

"DEPUTADO APOSENTADO NÃO SE CONSTRANGE EM RECEBER"

O paraibano radicado em Londrina, José Joffily, que foi Deputado Federal por 17 anos, disse ontem que considera normal o recebimento da aposentadoria do Instituto da Previdência dos Congressistas (IPC), pois, conforme afirma: "trata-se de um direito líquido e certo". Durante sua permanência na Câmara e desde 1963, quando foi criado o IPC, Joffily teve descontado em seu salário a porcentagem destinada ao instituto, o que lhe dá direito de receber a aposentadoria "sem nenhum constrangimento" - disse ele.

O nome de Joffily consta da lista de aposentados que recebem o benefício, divulgada ontem pelo jornal "Folha de São Paulo". Segundo o jornal, o ex-Deputado recebe mensalmente, em valor aproximado, NCz\$ 1,9 mil pela aposentadoria. Outros londrinenses que aparecem na lista são Mário Stamm (NCz\$ 1,5 mil), Philadelpho Garcia (NCz\$ 1,8 mil) e Olivir Gabardo (NCz\$ 1,7 mil). Como diz Joffily, a aposentadoria dos congressistas é, de fato, legal. Mas a reportagem do jornal paulistano revela que apenas um terço da aposentadoria é paga pelo IPC. Os outros dois terços são pagos pelos contribuintes através do orçamento da Câmara e Senado e eventuais créditos suplementares do Poder Executivo.

"Não é justo"

Enquanto que para o trabalhador comum são necessários 35 anos de serviços para a aposentadoria, o congressista, através do IPC, pode recebê-la até com o mínimo de oito anos de mandato. Nesse caso, recebe, a valores atuais, aproximadamente NCz\$ 1,5 mil. Quem tiver 30 anos de Congresso, recebe mais NCz\$ 6 mil mensais. O presidente José Sarney, um veterano do Congresso - 17 anos - recebe hoje, além do salário como Presidente NCz\$ 5,9 mil do IPC.

Em meio à campanha da Câmara Federal, para recuperar sua imagem junto à opinião pública, surgem questionamentos sobre a precoce aposentadoria dos congressistas mesmo no interior da casa. Apesar da unanimidade de que a aposentadoria propiciada pelo IPC é legal, Deputados e Senadores já acham que "não é justo" que parlamentares em boas condições financeiras sejam beneficiados. Como exemplo, foram citados os

casos dos ex-parlamentares e banqueiros Herbert Levy e Magalhães Pinto.

Os Beneficiados

Entre os beneficiados com a aposentadoria, cujo ônus é em grande parte pago pelo contribuinte, estão: Paulo Brossard (NCz\$ 1,5 mil), Oscar Correia (NCz\$ 3,9 mil), Jader Barbalho (NCz\$ 1,5 mil), Leonel Brizola (NCz\$ 1,5 mil), Aureliano Chaves (NCz\$ 1,5 mil), Orestes Quêrcia (NCz\$ 1,3 mil), Antônio Annibelli (NCz\$ 2,0 mil), Ney Braga (NCz\$ 1,7 mil), Túlio Vargas (NCz\$ 1,5 mil), Alencar Furtado (NCz\$ 2,3 mil), Adriano Valente (NCz\$ 1,5 mil), Hermes Macedo (NCz\$ 2,5 mil), Igo Losso (NCz\$ 1,5 mil), Fabiano Braga Côrtes (NCz\$ 1,5 mil), Norton Macedo (NCz\$ 1,7 mil), Otávio Cesário (NCz\$ 1,5 mil), Reinhold Stephanes (NCz\$ 1,5 mil) Walber Guimarães (NCz\$ 2,0 mil).